



COMITESINOS

1ª Reunião Extraordinária/2017

27 de abril de 2017

Local: Auditório E09 005 da UNISINOS, São Leopoldo / RS

Horário: 14h – 16h30

PAUTA:

- 1) Abertura;
- 2) Aprovação da ata de março/17;
- 3) Apresentação de proposta de deliberação sobre a Nomeação da Comissão Eleitoral (gestão 2017-2019);
- 4) Apresentação, pela METROPLAN, sobre a evolução dos Estudos de Alternativas e Projetos para Minimização do Efeito das Cheias na Bacia do Rio dos Sinos;
- 5) Apresentação, pela FEPAM, do Sistema Online de Licenciamento – SOL;
- 6) Apresentação de proposta de deliberação orientativa sobre dispensa de outorga;
- 7) Assuntos gerais.

Entidades presentes

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: COMUSA, SEMAE e CORSAN; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: CORSAN, SEMAE, COMUSA, Prefeitura de Esteio e Prefeitura de Portão; Drenagem: Prefeitura de Esteio; Geração de Energia: CEEE; Produção Rural: STR de Rolante; Indústria: SINPASUL, AIC Sul, CICS/Portão e COOPERJA; Mineração: Associação dos Extratores do Vale do Sinos e Paranhana; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: Câmara de Caraá, Câmara de Taquara, Câmara de Campo Bom e Câmara de Canoas; Associações Comunitárias: União das Associações de Bairros e Vilas de Campo Bom e Instituto São Leopoldo 2024; Clubes de Serviços: Rotary Club São Leopoldo Leste; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: UNISINOS, EMATER e SENAI; ONG's Ambientalistas: Movimento Roessler, Grupo Ecológico de Rolante e União Protetora do Ambiente Natural; Associações Profissionais: ASAEC e ABES/RS; Organizações Sindicais: SINPROCAN; Grupo III: Representação do Governo do Estado: Secretaria da Saúde; Órgãos do Sistema: FEPAM e METROPLAN. Demais Presentes: Prefeitura de Canela, Prefeitura de Igrejinha, Prefeitura de Riozinho, Prefeitura de Sapucaia do Sul, Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha, Prefeitura de Sapiranga, Prefeitura de Osório, Prefeitura de Araricá, Prefeitura de Parobé, Prefeitura de Rolante, Prefeitura de Nova Hartz, Prefeitura de Campo Bom, Prefeitura de Taquara, Prefeitura de Capela de Santana, Prefeitura de Novo Hamburgo, Consórcio Pró-Sinos, Caixa Econômica Federal, Defesa Civil de Esteio, Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS e comunidade.

Entidades ausentes sem justificativa

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: CORSAN, SEMAE e COMUSA; Drenagem: Prefeitura de Portão; Produção Rural: STR de Santo Antônio da Patrulha, Associação dos Arrozeiros de Santo Antônio da Patrulha, STR de Taquara, STR de Caraá e Sindicato Rural de Santo Antônio da Patrulha; Indústria: ACI-NH/CB/EV e SINDIQUIM; Mineração: Associação dos Extratores do Vale do Sinos e Paranhana; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: Câmara de São Leopoldo e Câmara de Estância Velha; Associações Comunitárias: Associação Cultural Marcelo Breuning e Grupo Escoteiro Peregrino; Clubes de Serviços: Rotary Club São Leopoldo Leste; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: UNISINOS e IRGA; ONGs Ambientalistas: Projeto Mira Serra e ASTEPAN; Organizações Sindicais: SENGE; Grupo III: Representação do Governo do Estado: Fundação Zoobotânica, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria da Saúde. Órgãos do Sistema: Departamento de Recursos Hídricos/SEMA.

Entidades ausentes com justificativa

Grupo II – Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: EMATER e FEEVALE; ONGs Ambientalistas: MARH; Organizações Sindicais: SIMPO.

002 Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, a plenária do
003 Comitesinos se reuniu às quatorze horas, no Auditório E09005 da Unisinos, município de São
004 Leopoldo/RS, para a realização da primeira reunião extraordinária do corrente ano. **1)**
005 **Abertura:** O presidente do Comitesinos, Adolfo Klein, deu as boas-vindas e apresentou a
006 pauta do dia, destacando que o item “6) Apresentação de proposta de deliberação orientativa
007 sobre dispensa de outorga” foi incluído conforme complementação da convocação por se
008 tratar de uma deliberação orientativa, sem decisões que dependessem de análise prévia dos
009 representantes com suas bases. **2) Aprovação da ata de março/17:** O presidente abriu
010 espaço para correções ou contribuições à ata da 1ª reunião plenária de 2017, ressaltando
011 que algumas contribuições já foram encaminhadas por mensagem eletrônica e incorporadas
012 ao documento. Sem novas manifestações a ata foi aprovada pelos presentes. **3)**
013 **Apresentação de proposta de deliberação sobre a Nomeação da Comissão Eleitoral**
014 **(gestão 2017-2019):** Adolfo explicou que, considerando a perspectiva de encerramento do
015 mandato da composição atual do Comitesinos em setembro de 2017, faz-se necessária a
016 composição de uma comissão eleitoral “a quem caberá a coordenação do processo eleitoral
017 até a eleição da Diretoria” (Art. 14, Parágrafo Quinto do Regimento Interno do Comitesinos).
018 Previamente, a Comissão Permanente de Assessoramento – CPA debateu e indicou os
019 seguintes nomes para a composição da Comissão Eleitoral do processo de renovação para a
020 gestão 2017-2019: Luis Fernando Gomes Franco, representante do SINPASUL na Categoria
021 Indústria; Rejane Dreher, representante da ASaec na Categoria Associações Profissionais; e
022 Viviane Nabinger, secretária executiva do Comitesinos. O apoio executivo será dado pela
023 Secretária do Comitesinos. Colocada em regime de votação pelo presidente, a “Deliberação
024 CBHSINOS072/2017 – Da constituição da Comissão Eleitoral do Processo de Renovação da
025 Composição do Comitesinos – Gestão 2017 – 2019” foi aprovada pela plenária sem
026 ressalvas. **4) Apresentação, pela METROPLAN, sobre a evolução dos Estudos de**
027 **Alternativas e Projetos para Minimização do Efeito das Cheias na Bacia do Rio dos**
028 **Sinos:** A Eng. Civil Paula Pinto, da Diretoria de Incentivo ao Desenvolvimento da Fundação
029 Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN, explicou que o escopo
030 dos estudos está dividido em duas etapas. A 1ª (em execução) inclui Estudo de Concepção;
031 Planos e Diretrizes para as Medidas Não Estruturais; e Anteprojetos de Engenharia para
032 Medidas Estruturais. A 2ª etapa (a ser contratada) prevê Estudos Ambientais e Projetos
033 Básicos/ Executivos. Paula explicou que a bacia hidrográfica tem caráter sistêmico, ou seja,
034 impactos positivos e/ou negativos sofridos em locais de maior altitude são refletidos na parte
035 baixa da bacia. Segundo ela, com esses estudos será possível planejar soluções de forma
036 integrada para os municípios que sofrem constantemente com o efeito das cheias. O
037 processo tem sido acompanhado por um Grupo de Trabalho constituído desde o início do
038 contrato, formado por membros da METROPLAN, do Consórcio Bacia do Rio dos Sinos, dos
039 municípios abrangidos, da Defesa Civil Municipal, assim como a Promotoria Regional do Rio
040 dos Sinos, Consórcio Pró-Sinos e do Comitesinos. Segundo Paula, é conhecido que há uma
041 grande quantidade de estudos e projetos, porém o objetivo deste é considerar a bacia
042 hidrográfica como unidade de gestão. Com isso, a participação dos municípios envolvidos é
043 fundamental, assim como a disponibilização de dados técnicos. A engenheira reforçou que
044 desde o início do contrato há pouca adesão dos municípios e, com isso, a dificuldade de ter
045 acesso aos dados municipais, assim como às demandas e prejuízos locais. A base de dados
046 está organizada como um sistema de arquivos em uma estrutura de pastas. Os dados são
047 considerados públicos e não foram apontadas restrições quanto à sua divulgação ou
048 distribuição por meios eletrônicos. As pastas de dados processados foram organizadas com
049 os seguintes assuntos: Bacias Hidrográficas de Planejamento; Inundação e Drenagem;
050 Dados Físicos, Sociais, Ambientais e Econômicos; Dados Demográficos; de Gestão
051 Institucional e Dados Hidrológicos. Paula relatou que para a elaboração do diagnóstico foram
052 examinados os componentes relacionados à drenagem urbana, às inundações e suas
053 relações com o planejamento urbano, a infraestrutura, os outros serviços públicos e o meio
054 ambiente. Para tanto, foram identificados os principais impactos, relacionando-os com os
055 problemas conceituados como: planejamento urbano, esgoto, resíduos sólidos, drenagem e
056 ocorrência de inundações ribeirinhas e ambiental. A expectativa é de que, a partir do subsídio
057 fornecido por este diagnóstico, os problemas identificados possam ser resolvidos através do
058 desenvolvimento de cenários de intervenções e de um quadro institucional integrado para
059 realizar a gestão dos serviços. Portanto, os produtos subseqüentes do estudo de concepção
060 da Bacia do Rio dos Sinos fornecerão soluções integradas, utilizando a bacia como unidade
061 de planejamento. As atividades de aerofotogrametria executadas foram divididas em 5

062 etapas: Recobrimento Aerofotogramétrico; Aerotriangulação; Apoio de campo; Geração de
063 Ortofotos; e Restituição Aerofotogramétrica. Estes produtos detalham o relevo das áreas
064 estudadas. As atividades de topobatimetria executadas foram divididas em 3 etapas: Plano
065 de Ação; Seções do Rio dos Sinos; e Seções dos Afluentes (em campo). A topobatimetria
066 detalha os perfis (fundo do rio) dos cursos d'água analisados. Comprometendo-se a
067 apresentar resultados mais palpáveis na próxima reunião, Paula pede a cooperação dos
068 municípios e coloca-se à disposição para dirimir dúvidas, deixando seus contatos. Rafael
069 Altenhofen, representante da UPAN na categoria "ONGs Ambientistas" do Comitesinos,
070 relatou que os produtos dos estudos feitos pela METROPLAN na bacia do Rio Caí não estão
071 mais acessíveis por falta de recursos para manutenção da página na internet. Então
072 perguntou à Paula qual será a prioridade na divulgação e manutenção da divulgação dos
073 dados dos estudos na bacia do Rio dos Sinos. Reforçou ainda a importância de debater e
074 ouvir os setores e comunidades através do Comitesinos. Paula explicou que por falta de
075 verba a plataforma de dados do Caí continua fora do ar. Para a bacia do Sinos buscaram
076 melhorar a participação social através do Grupo de Trabalho, mas que precisam seguir e
077 cumprir o contrato. O vereador Aloisio Bamberg, representante da Câmara de Canoas na
078 categoria "Legislativos Estadual e Municipais" do Comitesinos, perguntou se o que vale é o
079 Plano de Bacia ou os estudos da METROPLAN. Paula explicou que são ferramentas
080 distintas, que o Plano de Bacia é mais abrangente e que os estudos que estão em
081 elaboração pontuam especificamente a questão das cheias. Ainda assim, dentro desta
082 temática, os estudos incorporaram aquilo que está definido no Plano de Bacia. Viviane
083 Nabinger, secretária executiva do Comitesinos, valorizou a mudança de postura da
084 METROPLAN, buscando ampliar o diálogo. Reforçou que qualquer alternativa de intervenção
085 terá que passar pelo Comitesinos e registrou que os produtos do Comitê foram
086 disponibilizados à equipe responsável pelos estudos. Gilberto Karnas, representante do
087 Instituto 2024 na categoria "Associações Comunitárias" do Comitesinos, sugeriu a publicação
088 dos dados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, plataforma livre e mantida
089 pelo Governo Federal. Paula explicou que a ideia é aprofundar possibilidades de
090 disponibilização das informações. Adolfo agradeceu a apresentação e esclarecimentos dados
091 pela engenheira Paula. **5) Apresentação, pela FEPAM, do Sistema Online de**
092 **Licenciamento – SOL:** Adolfo convidou o engenheiro civil Rafael Volquind, representante da
093 Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler. – FEPAM no
094 Comitesinos, para apresentar o Sistema Online de Licenciamento – SOL, em implantação
095 pelo órgão. Rafael Volquind relatou que o processo iniciou em novembro/2015 com a missão
096 gaúcha que foi ao Estado da Bahia para conhecer o sistema deles. Passando por etapas de
097 conhecimento técnico prévio, implantação do sistema no ambiente da Companhia de
098 Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS, avaliação dos
099 recursos do sistema pelos técnicos da SEMA e da FEPAM, padronização de documentos que
100 compõem as rotinas de licenciamento. O lançamento do SOL foi feito em fevereiro/2017, mas
101 conforme Volquind está passando por adaptações e ajustes, o que seguirá sendo feito na
102 medida da utilização do sistema. As características principais do SOL são: a) Cadastramento
103 somente via Sistema para Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação;
104 Licença Florestal; Outorga do Direitos de Uso de Recursos Hídricos; Sistema de Cadastro de
105 Criadores Amadoristas de Passiformes – SISPASS; b) Transparência e acompanhamento
106 dos processos com envio de e-mail a cada movimentação (aguarda distribuição, aguarda
107 complementação, aguarda interveniente, documento emitido); análise interna simultânea;
108 total transparência do processo, desde os documentos protocolados que embasaram o
109 processo, parecer técnico e documento final, disponível para consulta pela sociedade; e
110 sequência da análise conforme abertura de processo. Rafael Volquind explicou que todos os
111 passos podem ser acompanhados via portal do SOL, e como a análise dos documentos é
112 feita pelos técnicos também na mesma plataforma, no instante em que cada etapa é
113 cumprida o empreendedor já pode visualizar. Todos os documentos, laudos, plantas,
114 projetos, ficam visíveis apenas ao empreendedor e aos técnicos da FEPAM até a liberação
115 da licença solicitada. Depois que a licença é emitida, todos os documentos passam a ser
116 públicos (a exceção dos documentos pessoais do empreendedor). Com a integração dos
117 sistemas da SEMA e da FEPAM foi possível reduzir o número de procedimentos, além da
118 padronização de muitos deles. Cada processo deverá ter, obrigatoriamente, um responsável
119 técnico que apresente Anotação de Responsabilidade Técnica (ou equivalente), registrado no
120 respectivo conselho profissional. A publicidade que será dada a estes documentos também
121 possibilitará fiscalização mais eficiente pelos conselhos. O acesso ao SOL se dá a partir do

122 “Login Cidadão”, integrando cadastro e autenticação do cidadão junto às ferramentas e os
123 Serviços Digitais do Governo e incentivando a adoção de uma Identidade Digital para os
124 cidadãos gaúchos. Pretende-se reduzir assim, a possibilidade de fraudes e padronizar o
125 acesso às bases de dados do Estado. A implantação do SOL ainda representará economia
126 financeira significativa pela não utilização dos serviços de correio e drástica redução de
127 gastos com papel, tinta, impressoras. Volquind informou que alguns processos ainda estão
128 em tramitação para possibilitar, por exemplo, que o sistema já interprete o balanço hídrico da
129 bacia em que será (ou está) o empreendimento para fins de outorga. Anteriormente, ao
130 protocolar o pedido de licença na FEPAM, já era aberto processo e o prazo passava a ser
131 contado. Independente de terem sido apresentados todos os documentos necessários. De
132 acordo com a Portaria Conjunta SEMA/FEPAM 01/2017, a partir das informações prestadas
133 pelo empreendedor, o SOL indicará os itens constantes da documentação a ser anexada na
134 íntegra. Após a validação da Guia de Arrecadação para ressarcimento e do pagamento junto
135 à instituição financeira correspondente, a solicitação será encaminhada para à Central de
136 Atendimento, quando os documentos serão validados individualmente. Caso a análise técnica
137 conclua que as os estudos e documentos protocolados não são seguros ou conclusivos para
138 lastrear a solicitação formulada, poderá solicitar mediante justificativa e ciência da chefia
139 imediata, a complementação de informações, estudos, projetos e documentos, estipulando o
140 prazo máximo de cento e vinte dias para atendimento. Somente com a documentação
141 completa será aberto processo e passará a ser contado prazo de tramitação, durante a qual
142 ainda poderão ser demandadas complementações. Rafael Volquind explicou que o “Login
143 Cidadão” também será utilizado pela fiscalização. Neste módulo, ainda em implantação,
144 servidores/funcionários da SEMA/FEPAM/CABM irão preencher eletronicamente o Auto de
145 Constatação. Os autos serão remetidos ao Setor de Autos de Infração, onde serão avaliados,
146 ajustados (se necessário) e emitido o Auto de Infração. Após, a ciência da notificação pelo
147 autuado, abre-se o prazo recursal. Apresentada a defesa, o processo seguirá para
148 julgamento. A intenção, segundo Volquind, é de que os municípios passem a utilizar este
149 mesmo sistema. Os primeiros serão os municípios com delegação de competência, e o
150 projeto piloto será realizado com o município de Gramado. Após apresentação, Volquind
151 demonstrou a navegabilidade do sistema diretamente via rede mundial de computadores.
152 Adolfo agradeceu, reconhecendo que o SOL é uma ferramenta que proporcionará
153 importantes avanços para o desenvolvimento do Estado. William da Silva Papi, representante
154 da Prefeitura de Esteio na categoria “Drenagem” do Comitesinos, relatou que o seu município
155 tem um sistema similar e pergunta como se dará a conferência da veracidade das
156 informações, bem como a fiscalização (que atualmente funciona com registros em papel).
157 Volquind informou que o “declarante” poderá ser responsabilizado técnica, civil e penalmente
158 em caso de fraude. Sobre o sistema de fiscalização, explicou que está ocorrendo a migração
159 gradual, mas que em campo, o infrator será cadastrado (Login Cidadão) e deverá
160 acompanhar o processo via SOL. Jayme Keunecke, representante da METROPLAN no
161 Comitesinos, perguntou se o SOL está integrado ao Sistema PROA do Governo do Estado.
162 Volquind informou que não, pois o PROA tem caráter interno, entre órgãos, mas não com o
163 público externo. Rafael Altenhofen ressaltou que, ao falar em celeridade, é necessário
164 também analisar a forma como os servidores estão sendo destituídos. Manifestou que os
165 licenciamentos devem assegurar que os impactos causados por um empreendedor não
166 resultem em prejuízos ao coletivo. Também ressaltou que deveriam ser observadas as
167 características da microbacia que será afetada. Volquind explicitou que critérios de
168 enquadramento estão sendo carregados no sistema, o que permitirá que, a partir do cadastro
169 georreferenciado do ponto de lançamento e do volume a ser lançado do corpo hídricos
170 receptor, o sistema calcule os parâmetros que precisarão ser cumpridos. Ainda relatou que o
171 SOL já está possibilitando a otimização das horas de servidores, que estando menos
172 onerados conseguem ir mais a campo para fiscalizar. Até então, estavam apenas atendendo
173 sob denúncias ou demandas do Ministério Público. Rafael Volquind ressaltou que o sistema
174 não permite a tramitação de nenhum pedido sem que o pagamento da guia de recolhimento
175 tenha sido feito. Antes os processos eram abertos, os técnicos empregavam tempo em
176 análise, e o empreendedor só pagava as taxas tendo a certeza de que a licença seria
177 liberada. Jordana Gomes, técnica da Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha, relatou
178 dificuldades com pedidos de anuência de Unidades de Conservação- UCs solicitadas pelos
179 municípios. Volquind respondeu que a SEMA está trabalhando para melhorar este fluxo.
180 Débora Cristina da Silva, secretária administrativa do Comitesinos, perguntou se o próprio
181 sistema informará ao empreendedor da proximidade com UCs, ou com terras indígenas, por

182 exemplo. Rafael afirmou que o empreendedor poderá não saber, mas que o responsável
183 técnico pelo empreendimento tem a obrigação e consultar as bases públicas de informações
184 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, da SEMA, do Instituto
185 do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, do Instituto do Patrimônio Histórico e
186 Artístico Estadual - IPHAE e da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Cristiano Hickel, técnico
187 da Prefeitura de Canela, valorizou os avanços que serão proporcionados pelo SOL,
188 especialmente por que nos municípios o servidor que licencia, também fiscaliza, faz gestão,
189 responde ao Ministério Público, ou seja, são muitas demandas. A integração das bases de
190 dados é fundamental, inclusive por que hoje os municípios não têm como cobrar a
191 responsabilidade do técnico/empreendedor. Volquind reconheceu que é urgente ajustar as
192 "atribuições profissionais" com as "atividades realmente exercidas por profissionais" no
193 mercado, assim, como as "atribuições profissionais" com os tipos de processos que precisam
194 ser analisados pelos órgãos licenciadores. Ione Gutierrez, representante do Sindicato dos
195 Professores de Canoas na categoria "Organizações Sindicais" do Comitesinos, perguntou se
196 a ferramenta foi comprada ou desenvolvida pelo Estado. Volquind informou que foi
197 desenvolvida pela PROCERGS mediante pagamento. **6) Apresentação de proposta de**
198 **deliberação orientativa sobre dispensa de outorga:** Viviane relatou que a secretária do
199 Comitesinos foi consultada sobre os critérios para dispensa de outorga para determinados
200 usos e vazões. Embora o conteúdo esteja regrado pela legislação e pelo Plano de Bacia, a
201 diretoria do Comitesinos propôs a edição de uma deliberação orientativa, considerando: A)
202 que a presente deliberação observa o que estabelecem o Decreto Estadual Nº 37.033/1996,
203 a Resolução CRH Nº 91/2011 e o Artigo 10 da Resolução CRH nº 141/2014 (institui o
204 PERH/RS); B) a Vazão de referência $Q_{90\%}$, referencial adotado pela DIOUT/DRH/SEMA, bem
205 como está estabelecido no PERH/RS; C) a Vazão máxima de outorga = 70% da $Q_{90\%}$, que
206 atende às demandas efetivas atuais e aos processos de outorgas cadastradas no
207 DRH/SEMA, havendo ainda disponibilidade hídrica de 0,8 m³/s; D) que a bacia do Rio dos
208 Sinos apresenta uma elevada concentração de demandas de água no período novembro a
209 março; assim, poderão ser privilegiadas outorgas de usos que não resultem em captação de
210 água nesse período; E) que a Deliberação CBHSINOS046/2014, integrante do Plano de
211 Bacia, estabeleceu e divulgou os critérios para outorga e para dispensa de outorga,
212 respeitadas as disposições constantes no Decreto Estadual Nº 37.033/1996 e na Resolução
213 CRH Nº 91/2011, a saber: a) derivações ou captações de até 0,1 l/s relacionadas aos usos de
214 caráter individual para as necessidades básicas da vida, higiene e alimentação, associadas a
215 locais onde não haja rede pública; b) as acumulações de águas pluviais (sem captação em
216 cursos de água) cujo volume armazenado seja inferior ou igual a 15.000 m³ e cuja altura do
217 nível normal da água seja inferior ou igual a 1,50 m; F) as definições estabelecidas pelo
218 Conselho Nacional de Recursos Hídricos para: a) Cadastro de usuários de recursos hídricos:
219 conjunto de dados e informações sobre usuários, usos e interferências nos recursos hídricos;
220 que tem como objetivo o conhecimento da demanda pelo uso da água, dando suporte à
221 implementação dos instrumentos das políticas de recursos hídricos, a fiscalização dos usos e
222 interferências nos recursos hídricos; b) Outorga de direito de uso de recursos hídricos: ato
223 administrativo mediante o qual a autoridade outorgante competente faculta ao requerente o
224 direito de uso dos recursos hídricos, por prazo determinado, nos termos e condições
225 expressas no respectivo ato, consideradas as legislações específicas vigentes; G) que as
226 captações, acumulações ou outros usos dos recursos hídricos dispensados de outorga não
227 se eximirão de cadastro de usuários de recursos hídricos junto ao Estado, através do órgão
228 competente (Departamento de Recursos Hídricos/SEMA), e da solicitação de dispensa de
229 outorga; H) como Usos Prioritários: Abastecimento de água às populações humanas
230 (suprimento doméstico, de saúde e segurança); Abastecimento doméstico e de animais em
231 estabelecimentos rurais, e Irrigação em pequenas propriedades agrícolas; I) a Resolução
232 CRH/RS nº 91/2011, que aprova os Critérios para o uso de recursos hídricos e as vazões de
233 derivação abaixo das quais a outorga poderá ser dispensada, exceto nas Bacias Especiais,
234 onde a demanda está muito próxima da disponibilidade, caso da Bacia do Rio dos Sinos,
235 Bacia do Rio Gravataí, Bacia do Rio Santa Maria, e em cursos de água onde seja identificado
236 conflito pelo uso da água. Pelo apresentado, o COMITESINOS orienta que: A) Tendo sido
237 observada a condição especial da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos; B) Obedecidos os
238 limites de até 0,1 l/s (onde não haja rede pública), ou de acumulação de águas pluviais (sem
239 captação em cursos de água) cujo volume armazenado seja de até 15.000 m³ e altura até
240 1,50 m; C) Respeitados os usos prioritários; D) Após a efetivação do cadastro de usuários de
241 recursos hídricos junto ao Estado, o usuário deverá solicitar a dispensa de outorga de direito

242 de uso de recursos hídricos. Para todos os demais usos e/ou dimensões não citados nesta
243 deliberação, a outorga será exigida. Considerando o caráter orientativo da deliberação que
244 toma por base o regramento legal já existente, Adolfo colocou a proposta sob votação, tendo
245 sido aprovada pela plenária. Guido Mário Prass Filho, representante da Câmara de Taquara
246 na categoria “Legislativos Municipais e Estadual” do Comitesinos, relatou que a demanda
247 surgiu por conta de processos de licenciamento em seu município, em que os técnicos se
248 sentiram inseguros sobre a necessidade ou dispensa de outorga. **5) Assuntos gerais: a)**
249 **Transposição da bacia do Caí para o Rio dos Sinos:** Adolfo resgatou que a Companhia
250 Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT apresentou ao
251 COMITESINOS o projeto de ampliação da capacidade de geração da usina Hidrelétrica de
252 Bugres, integrante do Sistema Salto. As obras compreendem o aproveitamento integral da
253 vazão de água que hoje já é transposta da bacia hidrográfica do Caí para a bacia do Rio dos
254 Sinos (desembocando no Rio Paranhana). O diálogo aberto entre a CEEE e o Comitê
255 proporcionou a construção conjunta de cronograma para as obras, especialmente nas etapas
256 que envolvem a parada da transposição, por que interferem na quantidade de água
257 disponível na bacia do Rio dos Sinos. Após consulta às operadoras de abastecimento público
258 (COMUSA, SEMAE e CORSAN), e à categoria “Produção Rural”, no sentido de saber quais
259 os períodos de maior consumo de água, com a intenção de que a CEEE evite a suspensão
260 da transposição nos períodos mais críticos. A plenária do Comitesinos, em decorrência deste
261 procedimento, aprovou a “Deliberação CBHSINOS070/2016 – Do período de
262 interrupção/paralisação da transposição de águas da Bacia Hidrográfica do Rio Caí para a
263 Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos” recomendando que o melhor período para a
264 interrupção/paralisação da transposição se dê entre os meses de abril e novembro. Dito isto,
265 o presidente passou a palavra ao representante da CEEE na categoria “Geração de Energia”
266 do Comitesinos, Hugo Albino Seibt Thomaz, informou que a CEEE programou o primeiro
267 período de paralisação para serviços de inspeção interna do túnel para o intervalo de 30 de
268 junho até 06 de julho de 2017. Hugo ainda alertou que “os prazos consideram somente o
269 serviço de inspeção no túnel” e que “dependendo da situação encontrada, obras
270 emergenciais de reparo poderão ser necessárias para reestabelecer as condições de
271 segurança estruturais do túnel o mais rápido possível”. **b) Programa Nacional de**
272 **Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - Procomitês – ANA:** Débora
273 relatou que, em final de 2016 o CRH/SEMA divulgou o Procomitês e demandou informações
274 que o Comitesinos forneceu. Embora a Res. ANA Nº 1190/2016 estabeleça, em seu Art. 7º, §
275 6º que o prazo limite para a solicitação de inscrição no Procomitês será o dia 29 de dezembro
276 de 2017, o Fórum Gaúcho de Comitês de Bacias Hidrográficas estabeleceu como limite para
277 manifestação de interesse o prazo de até 31 de janeiro de 2017 (Ofício FGCBH nº 35/2016,
278 de 09 de dezembro de 2016). Ainda sem os elementos necessários à análise de possível
279 adesão, em 10 de janeiro de 2017, o Comitesinos assinou “Termo de Manifestação de
280 Interesse” ad referendum da plenária sob pena de perder o prazo estabelecido pelo Fórum. Nos
281 dias 11 e 12 abril/17, ANA realizou Oficina no auditório do BRDE – Porto Alegre/RS, em que
282 deixou mais explícitos os objetivos do programa: ampliar a capacidade operacional dos
283 Comitês; investir em comunicação e capacitação; proporcionar a implementação dos
284 instrumentos de gestão (Plano de Bacia, Outorga, Cobrança, Enquadramento). A previsão é
285 de R\$50mil/ano/Comitê, com o teto de R\$500mil/ano/Estado. Como o Rio Grande do Sul tem
286 25 comitês e todos manifestaram interesse, o valor disponível será de R\$20mil/ano/Comitê.
287 Os repasses serão feitos pela ANA aos Estados, exclusivamente. E o alcance das metas
288 (relacionadas aos instrumentos de gestão) será avaliado na totalidade dos comitês que
289 aderentes, e os repasses serão proporcionais ao alcance das metas. Como a maior parte dos
290 comitês gaúchos não tem os instrumentos de gestão ainda, haverá sempre o
291 comprometimento dos resultados do Rio Grande do Sul, e os repasses acabarão sendo
292 inferiores a R\$20mil/ano/Comitê. Além disso, as ações ficarão engessadas em um padrão
293 para todos os comitês e com demandas burocráticas no formato do Estado. Frente ao
294 apresentado, a diretoria propõe que o Comitesinos manifeste que, pelas regras apresentadas
295 pela ANA, considerando a caminhada para implementação do Plano Sinos, deseja ficar fora
296 desta primeira fase do Procomitês. Viviane relatou da experiência com o Projeto Habitantes
297 do Rio, em que o Comitesinos encarregou-se da coordenação das ações, e os recursos
298 foram repassados pelo Estado à Unisinos. O projeto envolvia todos os comitês gaúchos,
299 sendo uma experiência traumática pela falta de comprometimento dos demais. Adolfo abriu
300 para manifestações e colocou sob votação, tendo sido aprovado o encaminhamento. **c)**
301 **Projeto de Esgotamento Sanitário no município de Taquara:** Guido denunciou que o

302 município vai perder R\$82 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e pede
303 manifestação do Comitesinos acerca do caso. Dr. Ricardo Schinestsck Rodrigues,
304 coordenador da Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS, comunicou que já demandaram
305 à Brasília o detalhamento do status destes recursos, mas foi informado por telefone que esta
306 rubrica está paralisada. Se isso realmente se confirmar, dependerá de articulação política da
307 nossa região para liberação. Assim que obtiver respostas, Dr. Ricardo compartilhará com a
308 Câmara de Taquara e com o Comitesinos. **d) Zoneamento Ecológico Econômico do**
309 **Estado:** Adolfo reforçou o convite a apresentação do pré-diagnóstico do ZEE/RS, que será
310 feita na reunião plenária de 11 de maio próximo. Encerrados os temas previstos na pauta, o
311 presidente agradeceu a participação dos presentes. E, para constar, lavrei a presente ata
312 que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente, pelo Vice-presidente, pela
313 Secretária Executiva e por mim.

São Leopoldo, 08 de junho de 2017.

314
315
316
317
318
319
320
321

Débora da Silva
Sec. Administrativa

Viviane Nabinger
Sec. Executiva

Claudinei Baldissera
Vice-presidente

Adolfo Klein
Presidente

MINUTA